



**ATA N.º 68/XII-4º/2020-2021**

**1 - Aos vinte e dois dias do mês de junho de dois mil e vinte e um, pelas 21H15, no Pavilhão do Liberdade Futebol Clube, sito na rua Manuel Febrero, nº 3, na Freguesia da Cova da Piedade, em Almada, realizou-se a terceira reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de junho da Assembleia Municipal, com a seguinte agenda:**

**1 - Período de Intervenção dos Cidadãos**

**3 - Período da Ordem do Dia**

**(continuação)**

**3.7 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório semestral sobre as atividades desenvolvidas pelo Provedor Municipal dos Animais”;**

**3.8 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Medida excecional no âmbito do Covid-19. 2ª Edição do Programa Dinamizar – Dinamizar +”.**

**3.9 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Alteração ao mapa de pessoal da CMA de 2021”.**

**2 – Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente José Joaquim Leitão, pelo 1º Secretário Paulo Viegas e pela 2ª Secretária Ana Paula Silva.**

**3 - Fez-se a chamada dos/as Senhores/as Deputados Municipais e foi verificado o quórum.**

**3.1 – Responderam à chamada os/as seguintes Senhores/as Deputados/as Municipais:**

José Joaquim Machado Courinha Leitão; Ana Margarida Machado da Silva Lourenço; Ivan da Costa Gonçalves; João Ricardo Lourenço Quintino; Paulo Filipe Pereira Viegas; Vítor Manuel dos Santos Castanheira; Henrique Alexandre Margarido de Almeida; Ana Paula Alves da Silva; Sérgio Cantante Faria de Bastos; José Manuel Maia Nunes de Almeida; Carlos Manuel Coelho Revés; José Alberto Azevedo Lourenço; João Eduardo Alves de Moura Geraldes; Sónia Tchissolle Pires da Silva; Nuno Miguel Costa Gonçalves; Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho; Daniel Pedro Sobral; Maria Luís Casanova Morgado Dias de Albuquerque; António Francisco Salgueiro; Augusto António Brinquete Proença; Marina Alexandra Pereira Lopes; José António Espírito Santo Rocha; Fátima Maria da Silva Nogueira Marras; Pedro Miguel Celestino Pereira; Artur Jorge de Jesus Alfama; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; Sílvia Maria Mendes de Sousa; Ricardo Jorge Cordeiro Louçã; Pedro Miguel de Amorim Matias; José Ricardo Dias Martins e Luís Filipe Almeida Palma.

**4 - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 40º, do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:**

**4.1 – Do Senhor Presidente procedendo ao anúncio das comunicações dos/as Senhores/as Deputados/as Ana Marques Serra e Moura Salvado (PS), Débora Figueiredo Rodrigues (PS), Bruno Ramos Dias (CDU), Elisabete Peres Pereira (CDU); Eva Sofia Borges de Araújo Gomes (CDU) e Inês Pezarat Bom (BE) manifestando a impossibilidade de estarem presentes e solicitando a sua substituição.**

**4.1.1 - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse os/as eleitos/as Pedro Miguel Dias Rodrigues Pereira (PS); André Macedo Ferreira (PS) por impedimento da cidadã senhora Carina Manuela Silva Mendes Rocha de Sousa; Mara Rita Silva Martins (CDU) por impedimento do cidadão senhor José Gabriel Guiomar Joaquim; Andreia Sofia Fernandes Egas (CDU) por impedimento dos cidadãos senhores Jorge Miguel Oliveira Feliciano e Mário José de Sousa Pedroso; António José Olaio da Silva (CDU).**

**4.1.2 - A Senhora Presidente da Junta da União de Freguesias de Caparica e Trafaria Teresa Paula Coelho (CDU), solicitou a sua substituição pela eleita Patrícia Mónica de Carvalho Gancho Brito.**

**4.2 - Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, registou-se a falta do Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes (Ind).**



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

4.3- O Senhor Presidente comunicou ainda à Assembleia, tendo em conta a informação da Câmara Municipal, a presença do Senhor Vereador Filipe Pacheco em substituição da Senhora Presidente da Câmara e da Senhora Vereadora Lina Gonzalez em substituição do Senhor Vereador Miguel Salvado.

5 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

5.1 - Usaram da palavra os Senhores Múncipes Filipe Brun Machado, João Rocha e Luís Ricardo.

5.1.1 – O Senhor Múncipe Filipe Brun Machado:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Volto a esta Assembleia Municipal para responder e colocar mais algumas questões. Em primeiro lugar eu iria falar com a Senhora Presidente, ia comentar a radioatividade.

A Senhora Presidente disse na última Assembleia que ficasse bem claro, que não são os Municípios, nem o nosso, nem nenhum, que autorizam o enterramento dos cabos de muito alta tensão. Tenho, no entanto, a resposta enviada ao Excelentíssimo Senhor Ministro do Ambiente que passo a citar: Pergunta: “Que conhecimento e intervenção teve o Governos sobre as negociações entre a Câmara Municipal de Almada e a REN e estas ações que daí resultaram?” Resposta: “A área governativa do Ambiente e da Ação Climática não teve qualquer intervenção neste processo. Foi transmitida à DGEG – Direção-Geral de Energia e Geologia, pelo operador da rede de transportes REN, a existência de conversações com a Câmara Municipal de Almada no sentido de permitir licenciamento da linha e a possibilidade de soterramento da parte do traçado”. Afinal, quem decide? É que nessa mesma intervenção acabou por assumir que o traçado era a Câmara Municipal que decidia. Numa resposta da Câmara Municipal a uma nossa missiva, o Departamento de Inovação Ambiente, Clima e Sustentabilidade, respondeu que não é da sua responsabilidade, bem, a questão que pergunto é se será da REN, é que se calhar a REN é que decidiu e pôs os cabos por onde lhe apeteceu e a Câmara não tem nada a ver com isto.

Também na sua resposta à Assembleia no dia 18, disse que a Junta de Freguesia tinha informada e questionada sobre o assunto em 2014, eu estava ali na bancada, sem consultar nada e pensei: 2014? Faço aqui um pequeno resumo extraído da Minuta do Acordo por vós assinado em 2019. Em 2016, as Infraestruturas de Portugal, S.A. imitiu um parecer negativo para o uso da A33, em junho de 2017, a Câmara Municipal solicitou à REN que analisasse a hipótese de o traçado passar junto à autoestrada, mas do lado exterior. Relembro, neste caso à Senhora Presidente, que só tomou posse em outubro de 2017. Não sei se se recorda, mas provavelmente não se recorda, deve pensar que era em 2014. Esta solução curiosamente não se revelou viável em alguns segmentos, volto a referir, em alguns segmentos por não se tratar de terreno consolidado, aliás, foi o que a REN nos respondeu, é que não podia passar por outro lado por causa dos terrenos consolidados. Sugiro que a Senhora Presidente, ou o responsável ou todos os que estão aqui presentes, se dirijam lá às obras e espreitem o segmento que passa na ribeira que é uma ribeira da Foz do Rego, rua Francisco Assis, e me responda se se trata de terreno consolidado, porque eu não vejo ali terreno consolidado nenhum. Poderá vir a ser se construírem a estrada prevista, mas que será ao lado do cabo, porque o cabo já lá está, ou seja o traçado já lá está. Eu percebo que seja mais barato passar pelas laterais das ruas, principalmente quando não necessita de qualquer intervenção do sistema de esgotos ou outros, que é o caso. A REN está cuidadosamente a ver onde é que estão os cabos e passar o mais próximo para não dar trabalho. Existem soluções técnicas para baixar a emissão de campos magnéticos, simplesmente teria de canalizar os fundos para a obra e já não sobraria para a requalificação da Charneca de Caparica, se calhar.

Última questão, explique-nos, porque eu não consigo entender isto, porque motivo a REN iria requalificar zonas, ruas pelas quais os cabos não passam, é que na Charneca de Caparica como já referi na minha última intervenção, o cabo volta à esquerda e a requalificação continua em frente por cerca de 2 Km. E se todos foram ver os mapas que fizeram de acordo com a REN que está aqui a vermelho e a verde o que é o cabo e o que é que é o traçado.

Isto é no mínimo estranho a meu ver, para todos os que estão aqui presentes. Volto a apelar enquanto é tempo, corrijam os erros, errar é humano, porque depois é muito tarde para voltar atrás e as consequências serão bem mais graves. Eu estou aqui como pai porque tenho 2 crianças pequeninas e não sou o único, há muita gente



9/2

naquelas ruas por onde passam os cabos e ao contrário do que vem a REN dizer de que há estudos idóneos e dizer que não faz mal, há estudos internacionais que dizem e há países que cumprem o limite de 0,4 microtegelas, eu queria saber se vocês também tivessem casa lá se também deixavam as crianças brincarem expostas a esses valores? Não deixavam de certeza. E havendo soluções ainda por cima.

Para que fique claro estou aqui como Múncipe, escusam de acusar os outros partidos de andarem a assustarem-nos porque não é de todo o caso. Somos moradores informados, aliás, pelos vistos bem mais informados do que os responsáveis.

Relativamente à sessão de esclarecimento, poderia até ser o Alberto Einstein, enquanto convidado pela REN ou Pela Câmara Municipal, o resultado seria o mesmo, iria dizer que países como a Bélgica, Suíça, Suécia, Holanda, Luxemburgo e muitos mais, estão errados, e não me parece que eles estejam errados.”

#### **5.1.2 – O Senhor Múncipe João Rocha:**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Começo por dizer, quando se fala em obras, ou outra situação idêntica, como por exemplo as obras que estão a decorrer atualmente na Estrada Nacional 377 e outra terminada recentemente na Rua Dr. Alberto Araújo e Rua Movimento das Forças Armadas, sendo esta, um perigo permanente para os utentes do Centro de Saúde da Sobreda, por falta de passeios em ambas as ruas, onde ocorreram vários atropelamentos, como também a requalificação do Jardim de Infância do Alto do Índio, integrado no Agrupamento da Escola Elias Garcia, em virtude deste já se encontrava em estado de deterioração grave, cuja parte da estrutura do Edifício já estava a ser suportada em barrotes de madeira e ferro, e a recuperação de quatro Parques Infantis, existentes nesta União de Freguesias, em conformidade com a Legislação vigente para os mesmos, aparecem logo forças políticas a censurar, que as mesmas estão mal executadas, no intuito de ludibriar as populações, com palavras, que não são creíveis, quando na verdade, durante de mais quatro décadas, as mesmas não foram realizadas, nem bem nem mal executadas, pelos Executivos cessantes.

Quero também salientar, que resido na Sobreda há mais de três décadas, tendo constatado, ao longo de todo este tempo, que em relação às Augis, nada foi feito para melhoramento das mesmas, é obvio que não podia excluir esta situação, uma vez que as Augis viveram sem rumo, como um barco à deriva no alto mar, por falta de cumprimento da legislação vulgo Lei 91/95 de 2 de setembro, no qual esta nunca foi aplicada por este Município. A inobservância à Legislação vigente, poderá incutir responsabilidades criminais aos autores ou coautores, considerando os graves prejuízos e transtornos, que causou aos respetivos proprietários das Augis.

Relativamente às obras realizadas recentemente na Fonte da Telha, já ouvi tantos comentários, em relação a estas, e da sua eventual demolição desta, que não têm qualquer fundamento, junto de quem tem conhecimento do domínio público marítimo e dos POCS (Plano da Orla Costeira ...) pelo que aconselho os Senhores que comentam este tipo de situação, que se dirijam aos Organismos da Autoridade Marítima Nacional, para consultarem a Legislação relacionada com esta matéria, antes de criticarem.

Lamento ter que proferir estas palavras na Sessão desta Assembleia Municipal, mas se não o fizesse, não estaria com os Charnequenses e Sobredenses e não seria imparcial da minha parte.

#### **5.1.3 – O Senhor Múncipe Luís Ricardo:**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu sou Luís Ricardo, sou voluntário da Provedoria dos Animais de Almada, e venho aqui falar do Orçamento Participativo, porque assinei também uma das propostas e tem a ver com a divulgação. Ali no Feijó junto ao Pingo Doce, tem um placard da Câmara Municipal, que ser para a Câmara afixar alguns boletins informativos, e reparei que não estava lá nenhum boletim informativo, que apelasse à divulgação dos cidadãos, nomeadamente este mês de junho que é o mês que se apela aos cidadãos para votarem neste Orçamento Participativo. E daí enviei um email à Junta de Freguesia, dizendo o seguinte: “Dada a importância do Orçamento Participativo para o Município e mais concretamente para a população do Feijó, não pude deixar de reparar que nos expositores junto ao Pingo Doce, não tem nenhum boletim informativo do Orçamento Participativo onde se apela ao voto



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

no Orçamento”. Isto foi no dia 16, responderam-me no dia 17 que: “O Orçamento Participativo a que se refere é organizado pela Câmara Municipal de Almada, não nos foi enviado qualquer cartaz referente ao mesmo, contudo o Orçamento Participativo foi divulgado nos canais digitais da comunicação da Junta”. Eu verifiquei nos canais digitais e não vislumbrei de facto nenhum texto, algo que pudesse apelar aos cidadãos para o voto neste orçamento. E também respondi da seguinte forma: “Fiquei sem saber se o Orçamento Participativo foi divulgado pelas vossas excelências antes do mês de junho ou se estão a divulgar neste mês, uma vez que é neste mês que se apele ao voto dos Municípios. Dada a importância de alguns projetos para a Freguesia do Feijó, teria todo o gosto de saber se a Junta de Freguesia colocou ao seu dispor mecanismo de divulgação deste mês de junho no sentido de incentivar os municípios a participar em alguns dos projetos que são manifestamente do seu interesse”. Isto foi no dia 17, até agora ainda não obtive resposta.

Depois enviei também um email ao Gabinete da Presidência, com o mesmo teor: “Dada a importância do Orçamento Participativo para o Município e mais concretamente para a população do Feijó, não pude deixar de reparar que nos expositores junto ao Pingo Doce, no Feijó, não tem nenhum boletim informativo do Orçamento onde se apele ao voto do Orçamento”: Responderam-me que o email tinha sido encaminhado, acusaram a receção do email, até agora também não responderam em concreto.

Depois também me dirigi ao PAN, portanto, os meus amigos do PAN, “Dada a importância do Orçamento Participativo para o Município e mais concretamente para a população de pombos que é quase todos os dias discriminada, sendo que uma da proposta é de inteiro interesse nesta matéria, pois trata-se da criação do pombal contracetivo, gostaria se o PAN de Almada, neste sentido, tem feito alguma divulgação para incentivar à participação de municípios através do voto nesta proposta”. Portanto, há aqui também um reparo ao PAN de Almada, se puderem também avançar um bocadinho com a divulgação desta proposta seria ótimo.

Claro depois também enviei umas palavras à Provedoria, que também reparei que não fez nenhuma divulgação em relação a esta minha proposta dos pombais contracetivos.

Portanto, seria de todo muito importante que a Provedoria informasse dos projetos a votos neste mês no Orçamento Participativo, sobretudo alguns deles no âmbito do bem-estar animal, com destaque para a construção de um pombal contracetivo, que é uma oportunidade única de ajudar uma causa que também faz parte dos objetivos planeados pela Provedoria.

Portanto, se eu estiver errado que me corrijam, se estiver certo, que para a próxima se faça aqui algo diferente que é uma atitude construtiva da minha parte e agradeço o Orçamento Participativo e a vossa atenção.”

**5.2 - Em resposta aos Senhores Municípios, prestando esclarecimentos e informações, usou da palavra o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Vereador Nuno Matias e os Senhores Deputados Municipais Luís Palma (CDU) e Artur Alfama (PAN).**

**5.2.1. – O Senhor Vice-Presidente João Couvaneiro:**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente às questões colocadas pelo Senhor Município Filipe Brun Machado, naturalmente a expressão radioatividade foi um lapso, naturalmente, e perceberá que se trata da radiação eletromagnética, e penso que ficou esclarecido relativamente a esse aspeto.

Relativamente ao conhecimento detido pelo Governo, é efetivamente o Ministério do Ambiente e da Transição Energética nomeadamente, na sua Secretaria de Estado da Energia e o licenciamento é conferido através de édito pela Direção-Geral de Energia, tal como consta do processo que acompanha todo este licenciamento. Portanto, que não haja aqui nenhuma dúvida. Se a informação que lhe foi transmitida por essa via, consultando o Governo e este Ministério, foi omissa relativamente a isso, não seria possível que a obra tivesse decorrido sem esse respetivo licenciamento.

Quanto às questões de alegadas contradições na cronologia, efetivamente, o atual executivo camarário tomou posse no final de 2017, mas há como entenderá na Autarquia, serviços que acompanham o processo há 14 anos,



JK

e que têm relativamente a isto todo o histórico e que é facultado aos decisores e relativamente a isso, foram informações que foram efetivamente transmitidas.

Quanto às questões de requalificação de um troço superior à zona da passagem da via, eu chamaria a esta possibilidade, um ato de boa gestão por parte da Autarquia, e de garantir que se salvaguarde os interesses dos Municípios e desde logo, dos Municípios da Charneca de Caparica.

Naquilo que foi referido pelo Senhor Município João Rocha, a questão dos parques infantis e do trabalho que foi feito a esse nível, tem sido um esforço constante naquela Freguesia. Eu gostaria de dar nota que, a requalificação do Jardim Infantil da Sobreda, era uma enorme preocupação que o Município tinha porque assim que tivemos a ocasião de visitar aquele espaço ficamos absolutamente perplexos com as condições de funcionamento de um equipamento escolar para crianças até aos 6 anos, que se encontrava escurado de uma forma que era absolutamente assustadora para quem entrava no espaço e que colocava seguramente em risco a segurança daquelas crianças, e a intervenção urgente que é feita, é feita com base em parecer da Proteção Civil, estaremos prestes a concluir a obra que amplia aquilo que são as condições de espaço e de salas de jardim de infância daquele equipamento, servindo melhor a população da Sobreda.

O Senhor João Rocha falou de ventos contrários e eu relativamente a este aspeto, lembrei-me da expressão, que às vezes se aplica tanto que todos os ventos são contrários para quem não sabe para onde vai. Felizmente, colocamos a resolução dos problemas dos equipamentos escolares como prioridade do atual executivo e acreditamos que isso responde bem às necessidades da nossa população escolar.

Quanto ao Senhor Município Luís Ricardo, quero dar aqui um testemunho também pessoal, tive já a ocasião de o ver trabalhar com os animais no Parque da Paz, a forma voluntária absolutamente exemplar com que se dedica e dedica o seu tempo à proteção da água e fauna que por ali para, é um testemunho de participação cívica e aquilo que aqui trouxe também, a promoção do Orçamento Participativo e no caso de uma proposta que o Senhor terá apresentado, parece-me que é de todo um exercício de cidadania que espelha bem aquilo que é um compromisso com o interesse público.

Quero dizer-lhe relativamente aquilo que foi a divulgação do Orçamento Participativo, foram editados 15 mil folhetos, folhetos estes que expressam e que explicam quais as propostas que passaram à segunda fase e que foram sujeitas a votação. Foram também colocados cartazes na rede Mupis, na rede de outdoors e semanalmente há à inserção de conteúdos digitais também naquilo que são os espaços da Autarquia para esse efeito na rede do facebook, na rede do Instagram, portanto, quero dizer que de facto, não está pouco divulgado por parte da Autarquia, naturalmente e percebo o seu desejo que a sua proposta vença, que seja mais divulgada, mas eu aproveitava para lançar aqui o desafio a todos os Municípios que nos acompanham e a todos aqueles que têm a possibilidade de votar, participem no Orçamento Participativo, as propostas que passaram são exercícios de cidadania que revelam o compromisso com aquilo é o nosso Município e por isso agradeço-lhe o facto de ter vindo aqui dar nota daquilo que é esta iniciativa que, espelha bem aquilo que queremos fazer, de dar voz aos cidadãos para que possam escolher, afetando verbas substanciais, aquilo que pode ser a ação do Município.

Eu penso que o Vereador Nuno Matias queria pronunciar-se também sobre a questão dos pombais, pedia ao Senhor Presidente da Mesa que lhe pudesse passar a palavra.”

**5.2.2. – O Senhor Vereador Nuno Matias:**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Só complementar a intervenção do Senhor Vice-Presidente, para dar nota que independentemente da consideração, da evolução ou da decisão do Orçamento Participativo e de um dos projetos como aquele que foi identificado como o pombal contracetivo, uma das áreas que nós temos estado a procurar trabalhar, é identificar oportunidades e soluções de intervenção em relação a essa matéria e aliás, ainda este mês foi feita uma visita pelo meu gabinete à Freguesia do Areeiro exatamente para avaliar algumas das soluções já implementadas sobre pombais contracetivos ou outras zonas de contenção e de acolhimento deste tipo de população que está no espaço público, ou seja, independentemente do resultado final, é um tema que nós



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

temos acompanhado porque percebamos que tem também a ver diretamente com a qualidade do espaço público e com aquilo que é a necessidade de termos também uma resposta para esta questão que nos afeta a todos, mas também tem a ver com a promoção do bem-estar animal, mas sobretudo tem a ver com a convivência da sua existência, com a qualidade de vida de todos nós e por isso, a Câmara Municipal também tem estudado algumas soluções sobre essa matéria.

Fica também, esta informação complementar.”

### 5.2.3. – O Senhor Deputado Municipal Luís Palma (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu peço a palavra sobretudo na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Laranjeiro e Feijó, para prestar aqui um esclarecimento relativamente aquilo que foi trazido aqui pelo Senhor Município Luís Ricardo.

O que lhe quero dizer é que, desde o início a Junta de Freguesia do Feijó e eu poderei comprová-lo, que nos seus canais de comunicação quer no site, quer no facebook e outras redes sociais, tem feito a divulgação possível relativamente ao Orçamento Participativo da Câmara Municipal de Almada. Aliás, dizer-lhe que não é uma obrigação nossa, da mesma forma que a Câmara Municipal no seu site não tem que colocar informações da Junta de Freguesia, o contrário também se passa. Mas, mesmo assim, nós não deixamos de o fazer. E já agora também dizer-lhe aqui algumas coisas, deve-se congratular pelas respostas que teve, porque nem sempre obtemos respostas por parte dos nossos órgãos autárquicos neste caso, mas da Junta de Freguesia do Feijó e tenho sido eu a redigi-los, têm recebido essa informação tal como tenho lá já hoje em despacho uma outra resposta para lhe dar relativamente ao email que recebi hoje.

Portanto, como vê estamos a trabalhar no mesmo sentido e já agora queria lhe dizer o seguinte: nós só recebemos os folhetos na semana passada, portanto, dia 17 que é uma quinta-feira, tendo em conta que hoje é dia 22 terça-feira, e até porque reparamos num erro que não sei se o Senhor reparou, que está lá que o projeto relativo ao pombal contracetivo que é na União de Freguesias de Almada, e depois mais abaixo diz que é no Largo Francisco Sousa Brandão, sim até está correto, que é no Feijó.

Portanto, nós temos os documentos ao dispor da nossa população, quem vai ao atendimento, temos já um conjunto de documentos para serem colocados não só no painel do Pingo Doce, porque temos vários painéis espalhados pela Freguesia, temos feito esse investimento e, portanto, essa informação irá chegar.

Contudo, quero também lhe chamar a atenção, também irá estar disponível obviamente nos nossos de comunicação, que também só na quinta-feira, para que se perceba do que é que estamos a falar, e falarmos todos a mesma linguagem, só na quinta-feira é que nós enquanto Junta de Freguesia soubemos que os projetos a concurso para a Freguesia são: a criação de lombas na Estrada de Vale Mourelas, no Feijó; o pombal contracetivo no Largo Francisco Sousa Brandão, no Feijó e um parque Workout que já existe na Freguesia, também no Feijó, onde já existe.

Portanto, era isto que eu lhe queria dizer. Portanto, este Orçamento Participativo que nós estamos a falar.”

### 5.2.4. – O Senhor Deputado Municipal Artur Alfama (PAN):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Muito rapidamente para responder ao Senhor Município Luís Ricardo, já tínhamos tido a oportunidade de trocar algumas impressões acerca da matéria que o trouxe aqui a intervenção, seja como for, agradecer antes de mais a chamada de atenção pela falta de divulgação que o PAN Almada tem feito acerca do Orçamento Participativo, até porque era uma das nossas propostas eleitorais, portanto, nós concordamos absolutamente com o Orçamento Participativo, divulgá-lo-emos com toda a certeza e aproveitamos obviamente também, para lançar aqui o repto à parte dessa divulgação, para lançar aqui o repto a todas as cidadãs e cidadãos do nosso Município independentemente dos projetos em apreciação, a participarem neste ato de cidadania.”

### 5.2.5. – O Senhor Vice-Presidente João Couvaneiro:



“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Entretanto chegou a informação com a data concreta do despacho da Direção-Geral de Energia e Geologia, é datado de 8 de abril de 2019 esse despacho de autorização. Naturalmente, colocou as questões e questionou o Ministério, portanto, acho que é importante ter toda a informação que lhe é facultada.

Relativamente ao Orçamento Participativo, só para que conste. Temos de facto, este executivo, muito orgulho dos dois Orçamentos Participativos que foram lançados, este Orçamento Participativo global e o Orçamento Participativo Jovem, e estamos certos de que, as várias propostas, muitas delas com preocupações ambientais significativas, há muitas propostas por exemplo, no âmbito da criação de ciclovias, que são de facto, uma boa medida para o desenvolvimento do nosso território.”

**6 - Foi declarado aberto o Período da Ordem do Dia.**

**6.1 – Foi dada continuidade à Ordem do Dia, e entrou-se no ponto 3.7 relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório semestral sobre as atividades desenvolvidas pelo Provedor Municipal dos Animais”;**

**6.1.1 - Para apresentar a proposta usou da palavra o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal;**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Este Relatório decorre de um princípio regulamentar do Provedor dos Animais do Município de Almada, e este Regulamento estabelece que compete ao Provedor Municipal dos Animais de Almada, apresentar à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal, um relatório semestral sobre as atividades por este desenvolvidas.

É assim apresentado o Relatório relativo ao período de dezembro de 2020 a maio de 2021, devendo o mesmo naturalmente, como aqui vem, ser remetido a esta Assembleia Municipal. Depois de aprovado, esta Assembleia Municipal, deve naturalmente constar daquilo que é o processo e o trabalho deste Provedor.

Os tópicos sobre os quais versa a atividade desenvolvida, são relativos à organização, elaboração e implementação de vários projetos, entre eles o projeto de vacinação de animais na zona da Aroeira, a elaboração e parecer sobre procedimentos e perícias, em suspeitas de maus tratos a animais, a elaboração de parecer sobre ações também que tenham a ver com aquilo que é a proteção dos animais, nomeadamente, em questões que tenham causas sociais evidentes, a implementação do projeto de parceria e colaboração com Animalife, entre as atividades a distribuição de 6 toneladas de alimentos para cães e gatos, isto nestes últimos 6 meses, a elaboração e implementação e lançamento do projeto “Cão Cidadão”, a elaboração e implementação e lançamento do projeto “Rafeiro de Ouro”, a elaboração, organização e início do “Curso de Proteção Animal de Almada, a participação e colaboração na resolução dos problemas das matilhas da praia, a colaboração e cooperação com o ICNF na resolução das matilhas da Paisagem Protegida e Mata dos Medos, a elaboração e cooperação de um plano para as tartarugas exóticas e invasoras, foram feitas 134 visitas de pedagogia, 94 intermediações de adoção, projeto de “Receção e triagem de animais selvagens”, 24 outras ações de sensibilização mais gerais, 27 de resgate de animais em situação crítica, resgate e procedimento de adoção de porquinhos vietnamitas, coordenação e elaboração da resolução da colónia de gatos do Inatel, coordenação e colaboração da “Casa dos 18 + 6”, participação e colaboração em reuniões sobre o “Parque dos Animais e Novo Centro de Bem-Estar Animal”, reuniões com associações de proteção animal, formação e sessões de esclarecimento, criação do Grupo de Trabalho de Pombos e Aves Urbanas, entre várias outras atividades que foram desenvolvidas pelo Senhor Provedor.

Neste sentido, solicita-se à Assembleia Municipal, que delibere a aprovação do referido Relatório.”

**6.1.2 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum, passou-se à votação, tendo a proposta sido aprovada por maioria com 23 votos a favor sendo 13 do Grupo Municipal do PS, incluindo os Senhores Presidentes da União e Junta de Freguesias que o integram, 4 do Grupo Municipal do PSD, 3 do Grupo Municipal do BE, 1 do eleito do PAN, 1 do eleito do CDS-PP, 1 da Senhora Deputada Municipal Independente Sílvia Sousa e 14 abstenções do Grupo Municipal da CDU incluindo os Senhores Presidentes das Uniões de Freguesia que o integram, através da seguinte**



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

### DELIBERAÇÃO

*A Assembleia Municipal de Almada, nos termos e para os efeitos da alínea f) do artigo 8º do Regulamento para o Provedor dos Animais do Município de Almada, Regulamento nº 1070/2020, de 9 de dezembro de 2020, bem como do disposto na alínea k), do nº 2 do artigo 25º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprova o Relatório semestral sobre as atividades desenvolvidas pelo Provedor Municipal dos Animais de Almada, nos precisos termos da deliberação camarária de 07 de junho de 2021, que aprovou a proposta nº 2021-450-GP.*

**6.2** – Entrou-se no ponto 3.8 da Ordem do Dia relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Medida excecional no âmbito do Covid-19. 2ª Edição do Programa Dinamizar – Dinamizar +”;

**6.2.1** - Para apresentar a proposta usou da palavra o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal;

“Senhor, Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Como é do conhecimento de todos, respondendo à situação pandémica que vivemos, a Câmara Municipal aprovou em fevereiro de 2021, o programa de apoio aos estabelecimentos de restauração e bebidas e pequeno comércio, também designado com Programa Dinamizar.

Face à adesão por parte dos diversos estabelecimentos comerciais ilegíveis, e tendo em consideração as solicitações recebidas, no sentido de este apoio abranger os empresários em nome individual ou trabalhadores independentes com contabilidade simplificada e ainda outras classificações das atividades económicas, propõe-se uma 2ª edição do Programa Dinamizar, agora designado Dinamizar +, com uma dotação de até 700.000.00€ (setecentos mil euros), que manterá o enquadramento global da 1ª edição, tendo como principais alterações a inclusão da contabilidade simplificada que não constava da 1ª edição, a par da que já constava contabilidade organizada.

E também a inclusão da CAE 93 e a desagregação do montante financeiro num maior número de intervalos respondendo assim melhor às características dos estabelecimentos e tentando garantir uma maior situação de equidade e justiça.

As CAE principais elegíveis para que conste, são a CAE 47 relativa ao comércio a retalho, exceto aquele que diz respeito a veículos automóveis e motociclos, e desta CAE exclui-se ainda a CAE 473 relativa ao comércio a retalho de combustível para veículos a motor e a CAE 479 relativa ao comércio a retalho, por correspondência ou via internet.

É também ilegível naturalmente, a CAE 56 que diz respeito a restauração e similares, a CAE 93210 relativa às atividades dos parques de diversão e temáticos e a CAE 96, relativa a outras atividades e serviços pessoais com exceção daqueles que digam respeito às atividades funerárias e conexas.

A proposta define e apresenta com clareza aquilo que são os intervalos que de cada um dos apoios definidos, eles começam em 3.000.00€ (três mil euros) para um volume de negócios até 50.000.00€ (cinquenta mil euros) e um valor de 8.000.00€ (oito mil euros) para estabelecimentos que tenham um volume de negócios entre 300.000.00€ (trezentos mil euros) e 500.000.00€ (quinhentos mil euros). Isto para estabelecimentos com contabilidade organizada.

Para estabelecimentos com contabilidade simplificada, começa o apoio no montante e 2.000.00€ (dois mil euros) para volumes de negócio de 50.000.00€ (cinquenta mil euros) e um montante máximo de 4.000.00€ (quatro mil euros) para estabelecimentos entre os 100.000.00€ (cem mil euros) e 200.000.00€ (duzentos mil euros).

Face ao exposto, propõe-se então que a Assembleia Municipal delibere a dispensa de audiência dos interessados assim como a realização de consulta pública de acordo com o disposto nas alíneas a) e b) do nº 3, do artigo 100º e nº 1, do artigo 101º, do Código dos Procedimentos Administrativos, do Regulamento que define as condições de acesso ao programa de apoio aos estabelecimentos de restauração bebidas e comércio que aqui é apresentado e que se anexa a esta proposta,



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

JK

E também que se aprove então, este Regulamento com as alterações que lhe foram introduzidas. Creio que a proposta é clara, creio que mais do que clara, é absolutamente necessário para a nossa atividade económica no Concelho, e por isso propomos à Assembleia Municipal que aprove a proposta que aqui trazemos.”

**6.2.2 – No debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais João Geraldês (CDU), Margarida Lourenço (PS) e ainda o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal.**

**6.2.2.1 – O Senhor Deputado Municipal João Geraldês (CDU):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A CDU irá votar favoravelmente esta proposta, e quero deixar aqui registado que, o facto de a proposta integrar, ainda que parcialmente, as propostas que a CDU aqui apresentou relativamente à 1ª versão deste processo, designadamente integrando a possibilidade de os empresários em nome individual e das empresas com contabilidade simplificada, portanto, sem contabilidade organizada, poderem aceder aos apoios que o Município disponibiliza no quadro do combate à pandemia. Para nós é um passo positivo, não é um passo suficiente, deviam ser dados outros passos como nós propusemos na altura da discussão da 1ª versão, mas de qualquer forma, é sempre um passo em frente em relação aquilo que tinha sido anteriormente e a CDU naturalmente, saúda esse facto, e votará favoravelmente a proposta.”

**6.2.2.2 – A Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Esta é uma proposta que para nós é um sinal daquilo que é a eficácia que nós quisemos implementar nesta proposta da 1ª edição e como foi dito e muito bem, pelo Senhor Deputado Municipal João Geraldês, houve algumas propostas que haviam sido feitas pela bancada da CDU, que foram agora acolhidas, digamos assim, outras delas já haviam sido acolhidas para a 1ª edição, porque aqui o intuito é efetivamente poder rapidamente de forma eficiente, poder ajudar a economia do nosso Concelho, ajudar setores que foram altamente fustigados pela crise económica que advém daquilo que é a fase pandémica que estamos a atravessar no nosso país, e aquilo que era importante no momento, em março quando aprovamos a 1ª edição, era que rapidamente conseguíssemos injetar a verba, 1.000.000.00€ (um milhão de euros) na nossa economia. E por isso, aquilo que foi o regulamento de atribuição, foi feito de forma a que rapidamente de forma eficaz e ágil e justa também obviamente e de forma transparente acima de tudo, que se conseguisse injetar essa verba. E o que é facto, é que nós aprovamos aqui o regulamento no final de março, como todos bem se lembram, numa sessão ainda em confinamento por videoconferência, e a Câmara Municipal através dos seus serviços e de todos aqueles que estiveram empenhados neste dinamizar, este programa e a divulgar-lo junto das empresas que poderiam beneficiar dos mesmos, em pouco tempo conseguiram atribuir um 1.000.000.00€ (um milhão de euros) aliás, é um programa que neste momento só tem 2.000.00€ (dois mil euros) de dotação disponível, e daí o facto de ser passado pouco mais de dois meses estarmos aqui novamente a aprovar mais 700.000.00€ (setecentos mil euros) ao alargar a abrangência do programa que inclui também não só trabalhadores independentes, como também empresas em nome individual, mas que tenham contabilidade simplificada, incluir também mais uma atividade económica, que no caso também uma atividade que ainda hoje sofre com grandes constrangimentos por ser um setor que está absolutamente parado, e também permitir que os escalões de atribuição do subsídio sejam mais adequados aquilo que efetivamente são as necessidades. Existiam 3 escalões na 1ª edição, passamos para 6 escalões nesta edição, e uma outra questão que não foi aqui levantada, mas que também havia sido proposta e que foi desta vez acolhida e que é muito importante, porque depende também daquilo que é a informação que já temos na Câmara Municipal, que é efetivamente, as empresas ou os empresários que tenham algum tipo de dívida ao Município, desde que comprovem o plano prestacional de pagamentos, que já tenha sido assinado com o Município, pode à mesma aceder a estes benefícios. E o que aqui importa, esta mais uma medida excecional no âmbito COVID, é que possamos rapidamente injetar mais estes 700.000.00€ (setecentos mil euros) na nossa economia, e estou certa que, com a mesma eficácia, competência e eficiência, a Câmara Municipal o fará num período muito curto e é isso que é importante para todos nós, para Almada, para os nossos cidadãos, para os nossos empresários e para a nossa economia.”



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

### 6.2.2.3 – O Senhor Vice-Presidente João Couvaneiro:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu queria utilizar 4 palavras para caracterizar aquilo que aqui trazemos. As palavras são: relevância, convergência, competência e abrangência.

Relativamente à relevância porque como sabemos, vivemos momentos particularmente difíceis, estes apoios são apoios que não têm a capacidade seguramente de resolver a totalidade das situações e as dificuldades que as pessoas atravessam, mas são um sinal e um sinal substantivo na sua globalidade que o Município dá de apoio a quem atravessa tão grandes dificuldades.

A palavra convergência, diz muito daquilo que foi a intervenção aqui do Senhor Deputado Municipal João Geraldes e que agradeço o reconhecimento de uma aproximação entre as propostas que de facto, naturalmente, o tinham sido apresentadas pelos Senhores/as Deputados/as Municipais da CDU, e que resultaram, verificamos que, das propostas e das questões que nos iam chegando por parte dos Senhores Múncipes, que era de acolher essa proposta e, portanto, este princípio da convergência que em política me parece positivo, porque é sinal de maturidade democrática também.

A questão da competência, eu queria honrar aqui o sacrifício, o trabalho, a imensa dedicação dos serviços do Município, que sem termos tido a capacidade para ampliar aquelas que são as estruturas que estão no Departamento de Desenvolvimento Económico, os trabalhadores do Município, fizeram um trabalho imenso, de tratamento de todas as candidaturas com total rigor, com resposta em tempo útil, e por isso eu peço a todos que se associem naturalmente, a este reconhecimento aos serviços da Autarquia, que demonstraram um tão grande compromisso com aquilo que é o serviço público, conscientes dos desafios que a população e os agentes económicos atravessam.

A última expressão que diz respeito à abrangência, porque trazemos outro tipo de empresários que podemos apoiar, trazemos mais escalões e que estes escalões seguramente permitirão uma maior qualidade deste contributo e desta ação do Município junto daqueles que precisam. Por isso, parece-me que vai bem o Município e vão bem os Senhores/as Deputados/as Municipais que possam aprovar esta proposta que aqui trazemos.”

6.2.3 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum, passou-se à votação, tendo a proposta sido aprovada por unanimidade, através da seguinte

### DELIBERAÇÃO

*A Assembleia Municipal de Almada, nos termos e para os efeitos da alínea g), do nº 1, do artigo 25º, do anexo I, da Lei nº75/2013, de 12 de setembro, aprova o regulamento da medida excecional no âmbito do Covid-19; 2ª edição do Programa Dinamizar +, nos precisos termos da deliberação camarária de 07 de junho de 2021, que aprovou a proposta nº 2021-449-DDEE.*

6.3 – Entrou-se no ponto 3.9 da Ordem do Dia relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Alteração ao mapa de pessoal da CMA de 2021”.

6.3.1 - Para apresentar a proposta usou da palavra a Senhora Vereadora Teodolinda Silveira;

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

É uma proposta que visa retificar uma proposta que foi aprovada em reunião de Câmara e que tem a ver com a alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de 2021, esta proposta foi aprovada em dezembro de 2020, continha um total de 1924 postos de trabalho e neles estavam contidos a contratação de 30 trabalhadores sazonais, 26 cantoneiros, e 4 condutores de maquinas especiais, em contrato de Trabalho a Termo Resolutivo, em CCTR.

A proposta que aqui vos trazemos visa aumentar o número de postos de trabalho, para a contratação de mais 20 cantoneiros, para que possamos neste momento em que estamos na altura de os trabalhadores poderem na sua maioria gozar férias, e tendo nós acumulado durante os tempos da pandemia, durante o isolamento profilático, os trabalhadores que como todos sabemos, da higiene urbana que não podem desenvolver o seu



trabalho em teletrabalho e que todos os dias tinham que vir desde que não estivessem em casa proibidos de sair por força da pandemia, tinham que vir trabalhar e muitas vezes nem as folgas podiam gozar devido ao número reduzido de trabalhadores que tínhamos nas equipas por força da situação que vivíamos. Portanto, neste momento e como sempre dissemos, para reduzir um pouco e compensar este esforço que foi feito, o Município propõe a contratação de mais 20 cantoneiros, que nos permitirão por um lado, reforçar as equipas dando as folgas aqueles que têm direito, dando as férias e recompensando-os daquele trabalho e daquele esforço que teríamos que lhes continuar a exigir não fosse o caso de encontrarmos esta bolsa de trabalhadores.

Eu queria aqui apenas aduzir que, não perco nenhuma oportunidade de fazer aqui de facto, um elogio aos trabalhadores da higiene urbana, que todos os trabalhadores com certeza passaram por situações difíceis, uns mais outros menos, mas acho que todos nós temos a noção de que estes trabalhadores, para além de terem que sair todos os dias de casa, com chuva, vento, ou qualquer outra intempérie, nesta fase da pandemia foram muito sacrificados porque chegamos a ter equipas que quase não tínhamos para fazer e dar as folgas a que tinham direito e eles sempre se disponibilizaram e sempre conseguimos fazer aquilo que era necessário fazer. Portanto, não queria deixar passar esta oportunidade de mais uma vez faço-o sempre que posso, de lhes reconhecer que têm um trabalho que efetivamente é um trabalho árduo e que foi ainda mais árduo durante este tempo.

Portanto, a proposta que aqui trazemos, é que seja ratificada esta proposta de alteração ao Mapa com mais 20 cantoneiros para a higiene urbana em CTRR.”

6.3.2 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum, passou-se à votação, tendo a proposta sido aprovada por unanimidade, através da seguinte

#### DELIBERAÇÃO

*A Assembleia Municipal de Almada, nos termos do previsto nos artigos 29º a 31º da LTFP e do previsto na alínea o), do nº 1, do artigo 25º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprova a alteração ao mapa de pessoal da Câmara Municipal de Almada de 2021, nos precisos termos da deliberação camarária de 21 de junho de 2021, que aprovou a proposta nº 2021-471-DGRH.*

7 - Sendo próximo das 22 horas e 40 minutos, tendo-se concluído a Ordem do Dia, deu-se por concluída a 3ª reunião e a sessão ordinária da Assembleia Municipal de junho de 2021.

8 – Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião do Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal e dos/as Senhores/as Vereadores/as Senhores/as Francisca Parreira, Teodolinda Silveira, Filipe Pacheco, Nuno Matias, Lina Gonzalez, Joaquim Judas e Joana Mortágua.

9 - Foi verificada a presença na reunião de cerca de 5 Senhores Múncipes.

10 - Por ser verdade se elaborou a presente Ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE \_\_\_\_\_

O 1º SECRETÁRIO \_\_\_\_\_

A 2ª SECRETÁRIA \_\_\_\_\_



